

Inflação deve cair, diz Simonsen

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse ontem que "as medidas adotadas recentemente pelo governo para conter a inflação estão corretas e os resultados deverão aparecer brevemente". Os 3,7% de inflação registrados em setembro não devem, porém, segundo Simonsen, ser tomados como parâmetro para qualquer projeção, pois "não se deve julgar a inflação por um único mês, porque os índices ora baixam e ora sobem". Simonsen, atualmente diretor do grupo financeiro internacional Citicorp, prevê também que os juros internacionais permanecerão baixos.

Ao participar ontem de um simpósio promovido pela Associação Nacional das Corretoras de Valores para debater a capitalização da empresa nacional, Simonsen advertiu que a redução dos juros não deve alimentar a ilusão de que haverá, a curto e médio prazos, oferta de dinheiro a custo estável por um período longo. Isso não deverá ocorrer nem no Exterior nem no Brasil, porque os investidores estão preocupados com o alto grau de incertezas e evitam fazer aplicações de longo prazo.

Simonsen fez uma ampla análise sobre as alternativas de que a empresa dispõe para sua capitalização, concluindo que a partir de 1973 os empresários, que já corriam os riscos de mercado para seus investimentos, passaram a enfrentar também os riscos de oscilação dos custos de seu endividamento, devido às constantes variações dos juros. Nesse sentido, ele apontou como uma das melhores alternativas de capitalização a emissão de ações que gera recursos estáveis, embora seu custo não possa ser considerado baixo.

FUNDOS INSTITUCIONAIS

Alberto Alves Sobrinho, presidente da Ancor, disse que é vital para a empresa privada nacional a criação de mecanismos que reforcem a capitalização e não o crédito. "A alocação de recursos públicos para a capitalização de empresas privadas nacionais pode ser considerada, principalmente se as modalidades escolhidas vincularem os empregados às empresas, estabelecendo o laço indispensável de união entre o capital e o trabalho", acrescentou.

O empresário José Mindlin, diretor da Metal Leve, lembrou, nesse sentido, uma proposta que fez há seis anos de modificações na administração e aplicações dos recursos do PIS-Programa de Integração Social. Essa proposta coincide exatamente, segundo ele, com o projeto elaborado pela Confederação Nacional da Indústria, que prevê a participação dos trabalhadores na administração do PIS e maior destinação de seus recursos para a capitalização da empresa privada nacional.

O presidente da Brasilpart e ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Roberto Teixeira da Costa, disse que é fundamental a criação de mecanismos de capitalização das empresas, mas considerou indispensável também uma redução das taxas reais de juros por entender que o capital de risco não substitui totalmente a necessidade de empréstimos.

Carlos Antonio Rocca, ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, disse que a superação dessa fase de juros elevados é indispensável. Enquanto não for solucionado esse problema, ele considera muito limitada as possibilidades de qualquer mecanismo

de estímulo à utilização de capital de risco para financiamento de investimentos.

Simonsen considerou interessante a utilização dos recursos do PIS, em maior escala, como investimento no capital das empresas, mas ponderou que parte desses recursos deverá continuar sendo aplicada como financiamento, inclusive pela necessidade de diversificação de seu ativo. Ele considerou oportuna, até mesmo urgente, a implementação das modificações propostas pela Confederação Nacional das Indústrias no PIS.

Moysés Glatt, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas, sugeriu que parte dos incentivos existentes para a compra de ações fosse transformada em crédito de apoio à abertura de capital. Simonsen comentou que esse poderia ser um bom caminho para fortalecer a capitalização da empresa privada nacional.

DESVINCULAÇÃO

À tarde, o vice-presidente do Bradesco e ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Fernão Bracher, defendeu a desvinculação da taxa cambial da correção monetária, porque a primeira, no seu entender, deve ser sempre maior que a segunda.

Ponderou, porém, que essa mudança acarretará desigualdades para o tomador de recursos externos. Por isso, sugeriu a instituição de uma taxa semelhante à "Libor", obtida, por exemplo, a partir das taxas dos cinco maiores bancos de investimentos do País. Então, segundo ele, se poderá compor o custo médio do dinheiro doméstico, que não pode ser mais caro que o externo.

Em sua palestra "Política Cambial Brasileira", o ex-diretor do Banco Central manifestou-se favorável à continuidade das minidesvalorizações do cruzeiro e contrário à maxidesvalorização "de qualquer maneira". Frisou que não está ocorrendo atraso na desvalorização do cruzeiro e lembrou que, se em 1980 houve perda substantiva do poder de compra, "não é necessário uma nova maxidesvalorização em nossa moeda, pois essa diferença é pequena e pode ser facilmente recuperada".

Depois de afirmar ser contrário ao câmbio duplo, porque "é uma maneira de subsidiar, é de difícil controle e historicamente nunca funcionou a contento", Fernão Bracher manifestou apoio à política do Banco Central de conversibilidade relativa do cruzeiro, que protege o mercado, apesar do perigo da insensibilidade das autoridades monetárias, quando forem necessárias alterações no processo.

Defendeu igualmente a política brasileira de endividamento, pois os empréstimos são tomados para acelerar o desenvolvimento. "Dentro das atuais dificuldades com a tomada de grandes empréstimos, estamos em situação privilegiada para enfrentar os tempos difíceis que estão por vir." A uma pergunta do empresário Laerte Setúbal Filho, sobre onde está o dinheiro do mundo, ele disse que "está aplicado em operações de curto prazo, praticamente um 'overnight'".

O professor Adroaldo Moura da Silva, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, um dos debatedores, afirmou que tanto a mini como a maxidesvalorização do cruzeiro são ruins.